

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PARECER Nº 02/2021 – CJR

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o **Projeto de Lei nº 25/2020**, de iniciativa do Vereador Celso Nicácio da Silva, que *“Dispõe sobre o recebimento e depósito de sobras de materiais de construção às pessoas carentes e entidades beneficentes ou habitacionais do Município de Araucária, e dá outras providências.”*.

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 25/2020 que dispõe sobre o recebimento e depósito de sobras de materiais de construção às pessoas carentes e entidades beneficentes ou habitacionais do Município de Araucária, e dá outras providências.

Justifica ainda, o Exmo. Vereador que o Projeto trará a possibilidade de famílias carentes e de baixa renda conseguirem doações e meios para construir ou reformar suas moradias, utilizando de sobras de materiais de construção, tornando assim o lar desses, ainda mais digno.

Narra ainda, o Edi que inicia a propositura – ora tratada – que a concretização do PL, iniciará *uma forma real de responsabilidade social por parte do poder público em parceria com a sociedade civil organizada, que efetivamente propiciará o aproveitamento do material.*

É o breve relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de projetos de lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

“Art. 52. Compete

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente Projeto Lei.

Em tempo, o a Constituição Federal em seu artigo 30, I e também a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Além disso, verifica-se que o Regimento Interno, discorre sobre o poder e a competência de autoria de Vereadores em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, “a” da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;”

Ademais, cumpre arguir que a presente proposição tramita em conformidade com a Lei Complementar nº 95/88, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Por fim, verifica-se que o Projeto aqui tratado encontra-se consonante com os demais aspectos legais exigidos e que competem a esta comissão, sem que haja óbice a impedir a regular tramitação da propositura.

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, não vislumbra-se óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 25/2020. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dada ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Art. 101 do Regimento Interno desta Câmara.

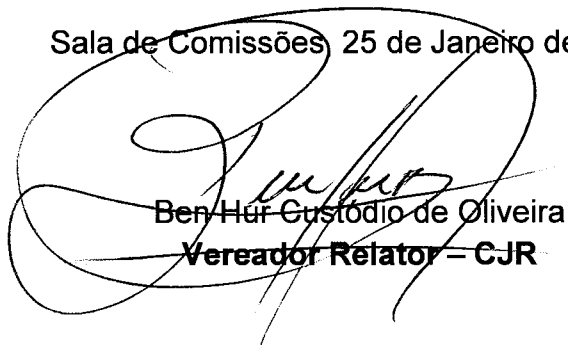
Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

É o parecer.

Sala de Comissões 25 de Janeiro de 2021.



Ben-Hur Custódio de Oliveira
Vereador Relator – CJR



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DO PARECER APRESENTADO PELOS RELATOR DA CJR

Membro	Assinatura	Favorável	Contrário
APARECIDO RAMOS			
PEDRO FERREIRA DE LIMA	